

As dinâmicas de mobilidade haitiana à luz das políticas de recrutamento e de controle da força de trabalho

The dynamics of Haitian mobility in the light of recruitment policies and workforce control

Paloma Karuza Maroni da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa a relação entre o modo de inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro e as condições sociais de acesso a moradia, abrangendo abrigos públicos, alojamentos provisórios ofertados por empresas empregadoras e mercado imobiliário formal e informal. A partir de estudo etnográfico no interior do Rio Grande do Sul, analisam-se os processos de absorção da mão de obra afro-caribenha pela indústria frigorífica em funções não qualificadas, com o objetivo de refletir criticamente sobre seus desdobramentos na organização dos projetos migratórios dos sujeitos. Explora-se a relação entre as políticas de assistência e as técnicas de agenciamento e controle da força de trabalho haitiana, em consonância com as demandas de renovação constante dessa mão de obra na agroindústria da carne.

Palavras-chave: imigração haitiana; mobilidade; indústria frigorífica.

Abstract: This article analyzes the relationship between the mode of insertion of Haitian immigrants in the Brazilian labor market and the social conditions of access to housing, covering public shelters, temporary housing offered by employing companies and the formal and informal housing market. This work is based on an ethnographic study in the interior of Rio Grande do Sul. In this context, the processes of absorption of Afro-Caribbean labor by the slaughterhouse industry in unqualified functions are analyzed, with the aim of critically reflecting on its developments in the organization of the subjects' migratory projects. The relationship between assistance policies and the techniques of agency and control of the Haitian workforce is explored, in line with the demands for constant renewal of this workforce in the meat industry.

Keywords: Haitian immigration; mobility; meat industry.

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6036-0911>. E-mail: palomakaruz@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Neste artigo concentro a análise em uma das dimensões da investigação etnográfica que desenvolvi para fins de doutoramento, mais especificamente, a relação entre o modo de inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro e as condições sociais de acesso a moradia, abrangendo abrigos públicos, alojamentos provisórios ofertados por empresas empregadoras e mercado imobiliário formal e informal. Como estratégia metodológica, recorro à investigação etnográfica no contexto urbano de Encantado, uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, onde realizei trabalho de campo entre setembro de 2016 e agosto de 2017. Trata-se de um município de aproximadamente 20 mil habitantes que está situado no Vale do Taquari. Hoje essa região se constitui como importante polo do agronegócio e da indústria alimentícia do estado. Na cidade de Encantado, a mão de obra haitiana foi absorvida quase exclusivamente pela indústria frigorífica de suínos em funções não qualificadas, como operários da linha de produção, independentemente do grau de escolaridade e da trajetória profissional prévia dos migrantes. Neste trabalho, amplio o olhar da fábrica em direção ao cotidiano da cidade, refletindo sobre os efeitos das chegadas (e das partidas) desses imigrantes na constituição de novas espacialidades em Encantado.

A escolha pela cidade de Encantado como *locus* de observação oportunizou a investigação da inserção laboral haitiana em um dos setores de maior contratação desse segmento no Brasil: as indústrias frigoríficas, que estão concentradas no Centro Sul do país. Também viabilizou a reflexão crítica sobre as dinâmicas de inserção dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro, especialmente pela centralidade desempenhada pelo recrutamento ativo da mão de obra por empresas. De fato, Encantado somente foi integrada às rotas e espaços da mobilidade haitiana graças às iniciativas de recrutamento empreendidas por uma indústria frigorífica local, que chamarei de “Suíno Mais”².

Em 2015, a indústria frigorífica Suíno Mais contava com 1.500 empregados na linha de produção da matriz de Encantado, incluindo 411 estrangeiros, 80% de nacionalidade haitiana e 20% dominicana. Após 2015, com o aprofundamento da crise econômica brasileira, muitos haitianos e dominicanos saíram do Brasil, retornando ao país de origem ou investindo em outros projetos migratórios, especialmente no Chile e nos EUA. Entretanto, a dimensão da comunidade haitiana local continuou significativa, mantendo-se em torno de 450 haitianos.

O desencadeamento dos referidos fluxos migratórios não se constituiu como movimento puramente espontâneo, já que foi inaugurado com a chegada da primeira turma de trabalhadores haitianos, recrutada pela Suíno Mais a partir de um acampamento público na fronteira acreana, em outubro de 2012. Longe de ser uma exceção, esse tipo de inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro via recrutamento foi uma tendência observada entre empresas das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. De acordo com Mamed e Lima (2015, 2016), a maior parte das

² Todos os nomes das empresas e dos interlocutores neste artigo são fictícios.

empresas que recrutaram trabalhadores haitianos no Acre, entre 2010 e 2014, era do setor agropecuário, destacando-se a agroindústria da carne, além da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza.

É preciso dizer que nem todos os operários recrutados pela Suíno Mais se mantiveram na cidade, mas se estabeleceu nessa localidade um contingente suficiente de imigrantes para sustentar novos fluxos, inclusive de crianças, jovens e idosos – e não apenas de potenciais trabalhadores – através da mobilização das redes sociais haitianas. Vale frisar que, portanto, não estamos analisando uma população que se fixou permanentemente na cidade, mas sim fluxos de pessoas que estão constantemente chegando, se estabelecendo mais ou menos temporariamente, incentivando e ou financiando a vinda de familiares, amigos e outros agregados, e também partindo. Esses imigrantes não deixaram de circular dentro do vasto campo social transnacional³ haitiano, seja retornando a espaços sociais já conhecidos, seja partindo com o propósito de explorar outros aparentemente mais promissores.

A GESTÃO DA MOBILIDADE HAITIANA

Durante o trabalho de campo em Encantado, recorri aos itinerários migratórios dos meus interlocutores haitianos, mais especificamente, os relatos acerca das condições de vida nos abrigos de assistência disponibilizados aos estrangeiros, a fim de compreender o contexto de recrutamento pelas indústrias. A maioria dos imigrantes haitianos que entrou em território brasileiro pelo estado do Acre a partir de 2010 se instalou e recorreu aos serviços oferecidos por um alojamento mantido pelo poder público. Foi nesse abrigo que a empresa gaúcha de alimentos Suíno Mais recrutou, em outubro de 2012, o primeiro grupo de 58 haitianos para trabalhar na fábrica de Encantado. Repetindo essa estratégia, a segunda turma de 75 haitianos foi recrutada em janeiro de 2013 a partir do mesmo local. É importante frisar que, nas referidas ações de recrutamento, a empresa assumiu o compromisso de arcar com os custos de alojamento dos novos funcionários durante seis meses, cumprindo a condição estabelecida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), que intermediou as contratações.

Esse tipo de iniciativa de recrutamento de imigrantes haitianos já era adotado por construtoras da região do Vale do Taquari, que visavam a suprir o déficit de mão de obra de baixa qualificação e remuneração. No caso da indústria frigorífica, o setor de abate e desossa era o mais desvalorizado pelos trabalhadores nacionais. Segundo a supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, a empresa passou a enfrentar mais dificuldades para preencher a totalidade de vagas de emprego por volta de 2013. Ela atribuía esse problema à abundância de oferta de trabalho na região:

³ Adoto o conceito de campo social transnacional, proposto por Basch, Schiller e Blanc (1994), a fim de me situar criticamente contra as abordagens que fragmentam o ato migratório em somente uma de suas dimensões, como a emigração e a imigração, sem atentar para as conexões constituídas pela circulação de pessoas, objetos, dinheiro, ideias e valores nos espaços transnacionais e seus efeitos na conformação de identidades e de práticas socioculturais imersas em localidades.

“Antes de ir em busca dos haitianos a gente foi para todos os pontos do Rio Grande do Sul, isso antes e depois dos haitianos, porque assim, a gente tá no Brasil, a gente tem que sempre priorizar a mão de obra brasileira. Quando a gente tinha dificuldade e sabia que em alguma cidade uma empresa tinha fechado ou tinha mão de obra disponível, a gente ia lá, mas a gente nunca teve êxito. [...] Hoje nós temos ônibus que vem de Arvorezinha, tem de Ilópolis, cidades que ainda tem condições de trazer de ônibus a gente busca. Todos os dias. A gente tem trabalhadores de toda a região aqui. Agora dessas mais longe a gente já tentou também, mas o que o pessoal quer? O pessoal não quer ficar aqui, que a ideia dos haitianos é que eles se estabeleçam aqui, criem raízes aqui. As pessoas que vem de fora da região querem só trabalhar e ficar na cidade delas, aí acabam não ficando.” (Bianca, 2016).

O recrutamento de trabalhadores haitianos pela Suíno Mais foi a alternativa que se vislumbrou após contínuos fracassos nas tentativas de atrair parte da força de trabalho da região. Entretanto, a preferência continuava a ser por nacionais. Outras empresas do ramo da agroindústria da carne enfrentavam a mesma dificuldade: encontrar candidatos dispostos a executar tarefas desagradáveis e mal remuneradas em ambiente insalubre e com alta incidência de acidentes e doenças laborais. Isso explica o interesse dos frigoríficos nacionais em recorrer à força de trabalho de imigrantes empobrecidos e outras classes socialmente vulneráveis, esquivando-se assim de aumentar o valor dos salários ou melhorar as condições de trabalho para tornar essas atividades mais atrativas.

Continuamente superlotado, o caráter improvisado do espaço disponibilizado como abrigo no Acre era notório nos relatos dos haitianos: estruturas deficientes de acolhimento, saneamento e abastecimento de água. Além da vulnerabilidade a doenças e à violência durante as longas e arriscadas viagens por via terrestre, os imigrantes muitas vezes experimentavam estresse físico e intenso sofrimento psicológico, os quais eram agravados pelas condições indignas a que eram submetidos no deslocamento e nos abrigos (Mamed e Lima, 2016).

Dado esse cenário de calamidade, vale refletir, seguindo a orientação de Sayad (1991), em que medida a “proteção” dispensada aos imigrantes pelo Estado é instrumentalizada enquanto meio de coordenação, controle e vigilância de populações alvo, seja na forma de políticas de assistência e de proteção social, seja através de omissões. A assistência aos imigrantes haitianos nas fronteiras brasileiras se realizava de modo característico, com oferta de alojamento, alimentação e atendimento de saúde em número insuficiente e em condições visivelmente impróprias à vida, dignidade e bem-estar (Mamed e Lima, 2016). A precariedade marcava não apenas o espaço físico destinado aos imigrantes – instalações improvisadas, estruturalmente deficientes, insalubres, com escassez de materiais e serviços essenciais – mas expressava simultaneamente o caráter do espaço social reservado a esses imigrantes no Brasil: subalterno e indefinidamente “provisório” (Sayad, 1998).

A concentração desse contingente estrangeiro nos abrigos ainda viabilizou sua gestão por parte das autoridades governamentais. O espaço do abrigo serviu como suporte à normalização temporária da situação dos imigrantes irregulares através dos serviços de documentação pelos órgãos competentes e aos agenciamentos com vista à incorporação dos imigrantes no segmento inferior do mercado de trabalho. Estes últimos

foram organizados através do cadastro das empresas voluntárias, da divulgação das vagas de emprego entre os imigrantes e do encaminhamento dos candidatos às regiões que demandavam força de trabalho de baixa qualificação (Mamed e Lima, 2016).

Em abril de 2014, o acampamento na fronteira acreana fora desativado e transferido à capital do estado, Rio Branco. Essa mudança fazia parte de uma reorientação das ações, por parte da SEJUDH, frente à superlotação do abrigo em Brasileia e à ausência de suporte contínuo e consistente do Governo Federal. A nova estratégia do governo do Acre, de caráter paliativo, consistia na agilização do encaminhamento desse contingente aos centros urbanos situados no Centro-Sul do país, através de ônibus fretados, o que revelou tensões com outros governos estaduais. Essa mudança influenciou na decisão do frigorífico de enviar seus representantes não mais à fronteira amazônica, mas a São Paulo, a fim de recrutar mais 21 trabalhadores haitianos, em maio de 2014. Nessa situação, o frigorífico se comprometeu a oferecer alojamento por três meses, como forma de atrair a mão de obra estrangeira que era disputada acirradamente com outras empresas na época.

As empresas privadas atuaram como agentes sociais relevantes no processo de gestão da distribuição espacial dos haitianos, de modo a intervir no ajustamento dos fluxos migratórios nas demandas de expansão das forças produtivas. A função de intermediador das contratações de estrangeiros via recrutamento foi exercida, a depender do contexto, pelo Estado ou por instituições civis, como organizações religiosas, organizações não governamentais e associações, inclusive de haitianos. Entendo que a precariedade do abrigo não comprometeu a eficácia desses agenciamentos, pelo contrário, uma vez que incrementou o valor atribuído socialmente pelos imigrantes à oferta de emprego nas situações de calamidade, imprimindo a aura de dádiva à oportunidade de emprego. Conforme argumenta Carneiro (2005), nas sociedades pós-coloniais a dinâmica do biopoder incide sobre a racialidade, disciplinando as relações raciais de modo a engendrar a sujeição dos corpos negros, expondo-os à exploração nas relações de produção, à marginalização na sociedade, ao abandono do Estado e à morte. É, portanto, na forma do racismo que o direito de matar (ou de deixar morrer) é exercido nas sociedades modernas, embora este seja legitimado através de discursos de defesa da vida e de proteção da sociedade.

HOSPEDAGEM TEMPORÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE FIXAÇÃO DA MÃO DE OBRA

A situação de maior vulnerabilidade dos estrangeiros recrutados por empresas não raro se converteu em exploração do trabalho. Na prática do recrutamento a longa distância foram registradas no Brasil diversas denúncias de promessas não cumpridas quanto às condições de trabalho, o valor dos salários e a qualidade dos alojamentos provisórios (Handerson, 2015; Magalhães, 2016). A “oferta” de moradia por indústrias frigoríficas do Centro-Sul aos imigrantes haitianos recrutados era comum e ocorria geralmente através do alojamento dos novos funcionários em residências administradas pelos empregadores. No caso em tela, a Suíno Mais optou por contratar o serviço de hospedagem do Hotel Paraíso.

Os estudos sobre as tecnologias de imobilização da força de trabalho costumam tratar das vilas operárias ou dos alojamentos coletivos de trabalhadores administrados pelas empresas empregadoras, analisando-os enquanto forma de dominação que intensifica o controle sobre a mão de obra. No caso em questão, investiu-se na vinculação entre empregador e empregado através da oferta de moradia, mas de modo indireto: terceirizando a administração da “moradia”, ou melhor, da hospedagem, cujo caráter de impessoalidade e de provisoriedade do ambiente eram evidentes.

A vantagem da alardeada gratuidade temporária da moradia estava condicionada à continuidade do vínculo empregatício. Durante o prazo de gratuidade da hospedagem, os haitianos recrutados se esforçaram para manter a relação de trabalho, apesar dos problemas⁴ frequentemente vivenciados nesse contexto, como forma de economizar parte dos salários recebidos para fins diversos, como a quitação de dívidas contraídas com o intuito de viabilizar o projeto migratório e as remessas de dólares aos dependentes que permaneceram no Haiti.

Fora o ambiente da fábrica, o Hotel Paraíso foi um dos primeiros espaços de convivência entre os imigrantes caribenhos e os encantadenses. Ali se iniciou construção das representações sociais que seriam atribuídas aos haitianos enquanto coletividade pelos moradores locais estabelecidos. Apesar de caracterizarem os seus clientes haitianos como muito educados e gentis no trato diário, os donos do hotel afirmaram que na questão da conservação dos ambientes e do cuidado com os móveis, os estrangeiros eram extremamente omissos, indicando exceções à regra, cujo efeito discursivo era somente confirmá-la. De acordo com a avaliação dos donos, apesar de terem contratado arrumadeiras extras, os haitianos ainda assim teriam sido capazes de danificar todo o mobiliário de madeira, mofar a superfície do teto e das paredes e impregnar as roupas de cama com o “cheiro forte de suor e de perfume”. No entanto, vale dizer que os haitianos passavam o dia fora cumprindo a longa jornada de 8 horas e 48 minutos no frigorífico e as disputadas horas extras. Ainda assim, os danos aos ambientes, mobiliário e demais itens de uso comum do hotel foram atribuídos exclusivamente à forma de uso supostamente inadequada dos haitianos como coletividade, que não saberiam ou não se importariam em zelar pela conservação e limpeza dos espaços.

A SOMBRA DO DESPEJO

Após o fim do prazo de hospedagem custeada pela empresa, o acesso dos imigrantes haitianos à moradia representou um desafio para os estrangeiros e seus empregadores. Além dos obstáculos comuns das exigências legais que dificultam o acesso de estrangeiros

⁴ Refiro-me à exploração, discriminação e racismo sofridos pelos haitianos, cujos relatos acessei através da etnografia e também por meio do levantamento de 150 ações trabalhistas ajuizadas por haitianos contra a Suíno Mais. A maior parte das ações solicitava o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho associado à indenização por danos morais em razão de assédio e de tratamento discriminatório. Nas reclamações, os funcionários haitianos se queixavam de receberem sistematicamente as tarefas consideradas mais árduas por serem imigrantes negros, enquanto os colegas brasileiros eram poupados ou, se designados, gozavam do privilégio de recusá-las sem sofrerem represálias dos superiores, como a demissão por justa causa. Nesse contexto, os estrangeiros se viam sobrecarregados das piores atividades, seja pela maior demanda de força física ou pela exposição a condições ambientais adversas, como frio, calor, umidade ou sujeira.

(e também de nacionais) ao aluguel de casas e apartamentos via imobiliárias locais, como a apresentação de dois fiadores com imóveis próprios, também identifiquei os obstáculos silenciados, a saber, aqueles engendrados pelo racismo e pela difusão de estereótipos negativos atribuídos aos recém-chegados haitianos pelos moradores locais estabelecidos.

Além da desconfiança que se costuma associar à condição de estrangeiro em cidades interioranas, no sentido de não pertencimento às redes sociais locais, os imigrantes haitianos ainda sofriam o estigma de desleixados e remissos quanto à manutenção da estrutura e da limpeza dos espaços domésticos. Em 2016, com o início do campo, tive a oportunidade de acompanhar diretamente a difusão de comentários depreciativos a respeito do comportamento dos haitianos como inquilinos, condôminos ou vizinhos, os quais repetiam as mesmas imagens acima em tons generalizantes, embora frequentemente viessem acompanhados de ressalvas a notáveis “exceções” fartamente elogiadas, que serviam para afastar de si acusações de discriminação.

Para contornar a resistência dos encantadenses, geralmente velada, em disponibilizar casas e apartamentos à clientela haitiana, a empresa frigorífica organizou uma reunião em 2013 com as imobiliárias e os donos de imóveis disponíveis à locação, convidando como mediador o padre Benjamin, de nacionalidade haitiana, que assumiu a tarefa de sensibilizar a todos quanto à situação dos haitianos, apresentados como imigrantes trabalhadores e, nesse sentido, dignos de um voto de confiança. Nessa ocasião, a empresa apresentou uma proposta de parceria que viabilizaria a oferta de uma modalidade de contrato destinado exclusivamente aos seus funcionários estrangeiros. De um lado, a imobiliária alugaria casas ou apartamentos via assinatura de contrato com os estrangeiros sem a exigência de fiador, de outro, o frigorífico, enquanto empresa interveniente, se responsabilizaria pelo desconto em folha, mas somente enquanto o estrangeiro estivesse no seu quadro de funcionários. O frigorífico ainda se comprometia a avisar as imobiliárias com antecedência sobre o término do vínculo empregatício de seus clientes e orientaria os funcionários haitianos demitidos a logo procurarem a imobiliária. Tudo ocorreria para que a chave da casa ou apartamento vazio fosse entregue dias antes da formalização da rescisão do contrato de trabalho. Assim, restaria aos locatários haitianos um prazo ínfimo para procurar um novo espaço de moradia e organizar a mudança. Três imobiliárias da cidade se interessaram em ofertar esse tipo de contrato de locação, que vigorou por quatro anos, cessando em 2017.

Na prática, esse tipo de condição contratual gerava uma insegurança jurídica e financeira imensa ao inquilino, que estava sujeito ao despejo a qualquer momento. O acionamento das redes de ajuda mútua internas à comunidade haitiana se mostrou crucial nesses momentos. Era comum que outros conterrâneos se sensibilizassem com a situação dos recém-desempregados/desabrigados e oferecessem um teto temporariamente, forjando novos vínculos e obrigações nos espaços sociais de mobilidade haitiana.

A situação de insegurança dos trabalhadores haitianos que optavam pelo contrato de locação viabilizado pela anuência da empresa empregadora se assemelhava àquela forjada nos antigos sistemas de fábrica-vila operária, no sentido de constituir igualmente uma tecnologia de imobilização da força de trabalho. Referência no tema, Leite Lopes

(1988) se dedicou à compreensão da forma de dominação fábrica-vila operária, que é caracterizada pela submissão dos indivíduos à mesma autoridade no domínio do trabalho e da moradia. Sobre essa forma de controle, diz o autor:

“Além disso, as concessões extramonetárias recebidas pelos operários, que giram em torno da casa da usina, trazem importantes repercussões sobre a mobilidade dos operários no mercado de trabalho. Pois não há dúvida de que qualquer ameaça de demissão ou qualquer projeto de procurar um novo emprego esbarram com dois obstáculos que se completam e que praticamente imobilizam o operário: além de se ver na situação de desempregado ao ser demitido ou demitir-se para procurar emprego, o operário vê-se também simultaneamente despejado. [...] Dependentes da administração quanto às condições materiais de existência de sua própria moradia, os operários têm que pensar duas vezes ao verem negadas pelos empregados suas reivindicações mínimas.” (1988:182-183).

Para o Leite Lopes, a aparente “estabilidade” conquistada a partir do acesso à moradia na vila operária tinha seu lado negativo para o trabalhador, que se via ainda mais dependente da administração da usina, e ainda tinha seu tempo livre submetido à disciplina do trabalho. A eficácia desse sistema como meio de imobilização do trabalhador dependia do constante reforço do medo da despossessão e do sentimento de dependência em relação ao empregador, o que era realizado através de contínuas arbitrariedades por parte da fábrica, cujo objetivo era evitar a consolidação de um sentimento de propriedade da casa e de pertencimento a uma comunidade independente da usina.

No caso etnográfico em tela, o fantasma da “demissão-despejo” também era um fator importante à tentativa de imobilização da força de trabalho estrangeira. Entretanto, há diferenças marcantes quanto à forma de agenciamento dos trabalhadores e aos efeitos relativos de imobilização, de caráter temporário. Aqui, a casa não é uma concessão extramonetária oferecida pela empresa empregadora, mas uma mercadoria custeada diretamente pelo trabalhador. Atuando apenas enquanto empresa interveniente nos contratos de locação e com a vantagem de não incorrer em custos extras de subsídio, o frigorífico já era capaz de consolidar a dependência dos seus funcionários no campo da habitação. O fato da despossessão era imposto por outros meios: o condicionamento da continuidade do contrato locatício à manutenção do emprego; e a imposição de ônus extras ao ato de rescisão do contrato de locação e de trabalho. O fim do contrato de trabalho ocasionava automaticamente a rescisão do contrato de locação, que se ocorresse antes do término do prazo ajustado, gerava multa contratual ao locatário. Mesmo que a demissão fosse iniciativa do empregador, com ou sem justa causa, o locatário/empregado seria responsabilizado pelo término da relação de contrato de locação, independentemente de sua vontade. Além da multa, a rescisão acarretava outros encargos adicionais, de praxe no meio, como a cobrança de taxa referente aos reparos necessários à reposição do imóvel, a fim de entregá-lo em suas condições iniciais, que incluía obrigatoriamente a renovação da pintura e outros eventuais consertos identificados por vistoria, além do custo de limpeza. Esse momento costumava ser conflitivo, como relatavam os corretores e os interlocutores haitianos. Os valores adicionados ao cálculo da dívida eram questionados pelos inquilinos haitianos, que os consideravam abusivos. As incertezas em torno dos termos do contrato, seja o de locação ou de trabalho, e das leis brasileiras associadas, eram amplificadas pela dificuldade de compreensão da língua portuguesa, o que dificultava o diálogo e aumentava a desconfiança entre as partes.

Os representantes das imobiliárias justificaram as altas taxas de pintura, limpeza e consertos frequentemente impostas aos locatários haitianos pelas alegadas condições deploráveis de conservação dos imóveis no ato de devolução. De acordo com a dona de uma das imobiliárias, o custo do reparo de imóveis alugados para clientes haitianos seria significativamente maior, se comparado aos brasileiros, em consequência da sujeira impregnada nas estruturas em “níveis inimagináveis”, que exigiria uma limpeza mais pesada e a aplicação de mais camadas de tinta. Ela concluiu dizendo que, por causa desses ônus extras, seria importante selecionar inquilinos “caprichosos” ou então direcionar os “problemáticos” às casas “mais velhas, com chão de madeira”, embora “sempre em boas condições de uso”. Dessa forma, os estereótipos de descuido e de desleixo atribuídos arbitrariamente aos haitianos influenciavam na disponibilização, pelas imobiliárias, de imóveis em pior estado de conservação à clientela haitiana.

Embora as estratégias dos empregadores de incorporação dos haitianos como consumidores no mercado imobiliário viabilizassem o acesso a casas e apartamentos na cidade, os imóveis disponibilizados eram geralmente de qualidade inferior. Ainda assim, o segmento haitiano era responsabilizado nos discursos dominantes pela deterioração dos espaços habitados, o que incentivava a restrição das ofertas de imóveis àqueles vistos como mais adequados ao suposto padrão inferior de limpeza e de conservação da clientela haitiana. Ou seja, só restava aos inquilinos haitianos se conformarem com os espaços físicos e sociais a que eram designados pela sociedade de imigração ou assumirem as melhorias dos imóveis e assim conquistarem o rótulo de “exceções” em zelo, sem romper com o estigma imposto.

Alugar imóveis em grupo era outra particularidade associada à clientela haitiana. Os contratos de locação costumavam ser assinados por mais de um inquilino haitiano, que compartilhavam os encargos associados, como aluguéis e contas de luz, água, internet etc. Aqueles que coabitavam nos imóveis podiam ter vínculos antigos (parentesco, vizinhança, amizade) ou serem colegas recentes, com diferentes níveis de afinidade, intimidade e confiança, mas que estavam na mesma situação de vulnerabilidade. Além da óbvia diminuição dos custos, esses arranjos domésticos diminuía os casos involuntários de rescisão do contrato de locação, geralmente ocasionados pela demissão de funcionários pelo frigorífico. Nesses casos, os inquilinos restantes iam atrás de colegas de trabalho para substituir o contribuinte que fora demitido. Quando não conseguiam um substituto, só restava arcar com o ônus não antecipado: ou o aumento do gasto individual com o aluguel; ou a restituição compulsória do imóvel, com os custos que lhe são inerentes. Na prática, essas restrições eram frequentemente contornadas por estratégias de habitação. Uma delas é compartilhar o custo dos aluguéis com inquilinos não registrados, muitas vezes ultrapassando o limite de moradores estabelecido pelo proprietário do imóvel. Essa estratégia diminuía o encargo dos locatários oficiais, mas ao mesmo tempo desencadeava conflitos⁵ com as imobiliárias.

⁵ A alta rotatividade dos haitianos nos imóveis alugados foi apresentada como desvantagem dos contratos com estrangeiros via empresa interveniente, que seriam mais difíceis de administrar. Os corretores alegavam que o costume dos locatários haitianos sublocarem os imóveis sem autorização dificultava o controle sobre quem estava de fato se responsabilizando pelo pagamento. Nos casos em que os haitianos se furtavam

DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A segregação socioespacial dos haitianos em Encantado resultou da combinação de diversos fatores. Primeiro, o valor dos aluguéis e as exigências contratuais comuns no mercado imobiliário – como a apresentação de fiadores, depósito de caução ou seguro fiança – já realizavam a maior parte da filtragem dos moradores, obstando o acesso da maior parte dos imigrantes haitianos aos espaços sociais de habitação mais valorizados na cidade. Nesse contexto, a iniciativa do frigorífico de criar uma nova modalidade de contrato de locação de imóveis exclusivamente para seus funcionários estrangeiros, de fato contribuiu para viabilizar um maior grau de incorporação dos haitianos no mercado imobiliário formal. Não obstante, como demonstrado, existia uma série de desvantagens que desestimulava essa opção, na visão dos trabalhadores haitianos: o aumento dos valores descontados diretamente em folha sob a rubrica de aluguel, sem aparente justificativa; o risco de ser demitido e concomitantemente despejado; e a cobrança de encargos vistos como excessivos no ato de devolução do imóvel, como a taxa de rescisão do contrato locatício e de pintura, limpeza e consertos.

Dado esse contexto, não é de se surpreender que a maioria dos haitianos residentes em Encantado optasse por residir no bairro Navegantes, que além de ser próximo do frigorífico, a maior indústria empregadora do segmento, era mais acessível devido ao valor dos aluguéis e à forma de locação. Lá havia maior número de casas disponíveis para alugar através de negociação direta com o dono, sem exigência de fiador e muitas vezes sem assinatura de contrato, realizado somente verbalmente. Apesar dessas vantagens econômicas e de menor burocracia nas locações de imóveis, morar no bairro Navegantes não era uma escolha absolutamente livre, mas dependia das opções acessíveis aos imigrantes naquela conjuntura social, econômica e cultural, cujo desdobramento foi o movimento de incorporação subordinada desse segmento no espaço urbano.

O bairro Navegantes é composto por duas áreas, uma antiga, com melhor infraestrutura, e outra chamada de “Novo Navegantes”, que fica em uma baixada às margens do rio Taquari e é de construção relativamente recente. Embora apresente uma área valorizada, aquela contígua ao centro, a maior parte do bairro de Navegantes era caracterizada por: infraestrutura urbana e serviços públicos deficitários; maior vulnerabilidade à violência associada ao domínio do tráfico de drogas na área; habitações de qualidade inferior; e risco de alagamentos e enchentes. Como a maior parte dos seus residentes pertence às classes populares e muitas casas ainda carecem de regularização pelo poder público, atribuiu-se o estigma de “ocupação” ao bairro, onde residia a maior parte da comunidade haitiana de Encantado.

de suas obrigações legais, abandonando repentinamente o emprego e a cidade, a imobiliária se via diante de dificuldades burocráticas para responsabilizar os sublocatários ocupantes do imóvel, já que a relação geralmente não era formalizada. Na avaliação dos corretores, os problemas no ambiente de trabalho poderiam motivar o abandono simultâneo do emprego e do imóvel pelo inquilino estrangeiro, sem a quitação dos débitos. Durante o trabalho de campo, não presenciei nenhum caso do tipo.

Com a vinda dos haitianos, o consequente aumento na demanda por casas do bairro Navegantes tem sido aproveitado pelos antigos moradores, que alugam suas casas para os imigrantes recém-chegados, enquanto se transferem para outras áreas que gozem de maior status. A percepção de decadência do bairro pelos encantadenses já era atribuída ao movimento de expansão urbana e ao aumento da violência associada ao tráfico de drogas, ambos anteriores à vinda dos novos fluxos de estrangeiros, mas nos últimos anos foi impulsionada pela marginalização e discriminação étnico-racial dos imigrantes afro-caribenhos. Como argumenta Sayad (1991), que se dedicou ao estudo da imigração argelina na França, a desqualificação das chamadas “*habitations à loyer modéré*” (habitações de aluguel baixo) destinadas às camadas mais pobres das classes populares francesas, que são formadas significativamente por estrangeiros, contribui ao rebaixamento do status dos seus habitantes e vice versa, numa situação de reforço mútuo negativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de habitação desenvolvida pela indústria frigorífica local, como terceira interveniente nos contratos de locação, fez parte do esforço de controle da força de trabalho estrangeira, não no sentido de impulsionar a fixação definitiva dos imigrantes na cidade, mas de garantir uma reserva suficiente de mão de obra barata à disposição da indústria naquela área, que simultaneamente apoiava-se na rotatividade dos empregos como forma de manutenção das elevadas metas de produção, com a exclusão dos operários cuja produtividade decaía ou daqueles vistos como insubordinados. O condicionamento do acesso e manutenção do aluguel via imobiliária à continuidade do vínculo empregatício com o frigorífico contribuiu para a imobilização temporária e seletiva da mão de obra estrangeira, já que os custos advindos da autodemissão ou da mobilidade eram amplificadas nessa modalidade de contrato, desestimulando-os. Não obstante, o segmento haitiano lançou mão de uma série de estratégias não antecipadas pela empresa empregadora, que viabilizou a mobilidade haitiana dentro e fora da cidade: as múltiplas sublocações dos imóveis, que escapavam ao controle das imobiliárias; o compartilhamento dos espaços de habitação com conterrâneos recém-demitidos/desalojados; e a construção de uma ampla rede de contatos e informações para acessar o mercado informal de aluguéis.

Embora a mobilidade, enquanto valor no universo sociocultural haitiano, seja acionada pelos sujeitos como forma de resistência nesse contexto, é necessário qualificá-la. Se o dispositivo de imobilização da força de trabalho está vinculado à exploração da condição de vulnerabilidade social, econômica e jurídica dos trabalhadores imigrantes, como argumentei, não podemos ignorar o outro lado da moeda: a instabilidade e a alta rotatividade dos postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração, geralmente rejeitados pelos nativos. O aproveitamento da força de trabalho migrante pelos frigoríficos não requer, pois, a fixação duradoura desse contingente, somente a manutenção de um fluxo suficiente para suprir as demandas de produção, adequando-se às oscilações do mercado, e para conter o aumento do valor do trabalho nesse setor, com a geração de um exército reserva de mão de obra à disposição. Uma série de fatores como a necessidade de os hai-

tianos sustentarem a si e à família que ficou no Haiti, o dever moral de reinvestirem na mobilidade de outros membros da rede de parentesco e o interesse em acumular poupança contribui para a submissão às condições de trabalho e de remuneração precárias (Risson et al, 2017), ainda que temporária, e para garantir a continuidade do fluxo migratório de trabalhadores. A rotatividade da mão de obra nesse setor, inclusive, representa certa vantagem aos empregadores, já que os operários sem especialização são literalmente consumidos pela rotina laboral da agroindústria da carne, com alto índice de adoecimento e de acidentes. A absorção de novos trabalhadores nas funções que não exigem qualificação não acarreta custos significativos ao empregador, já que a adequação à rotina e ao ritmo de produção exigidos depende mais do vigor físico e da própria prática de trabalho e não da oferta de cursos internos de especialização.

Mesmo após o agenciamento pelo frigorífico, a mobilidade continuou no campo de possibilidades dos haitianos que, geralmente após árduo esforço coletivo, não deixavam de se engajar em novas migrações avaliadas pelos sujeitos – em determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas – como mais promissoras quanto à empregabilidade, remuneração, condições de vida e ao acesso à educação e profissionalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC, Cristina Szanton (1994). Different settings, same outcome: transnationalism as a global process. In: BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC, Cristina Szanton (orgs.). *National Unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states*. Longhorn: Gordon & Breach Publishers.

CARNEIRO, Sueli (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo.

HANDERSON, Joseph (2015). *Diáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LEITE LOPES, José Sérgio (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MAGALHÃES, L. F. A. (2016). Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: condições da inserção laboral. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí-SP: Paco Editorial.

MAMED, L.; LIMA, E. O. (2015). Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, 18(1): 33-64.

MAMED, L.; LIMA, E. O. (2016). Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes no Acre. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.), *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí-SP: Paco Editorial.

RISSON, A. P.; DAL MAGRO, M. L. P.; LAJÚS, M. L. de S. (2017). Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; L. CAVALCANTI, Leonardo. (orgs.), *Dossiê Imigração*

Haitiana no Brasil: Estado das Artes. *Revista Périplo*. Brasília: UnB.

SAYAD, Abdelmalek (1998). *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp.

SAYAD, Abdelmalek (1991). Uma pobreza ‘exótica’: a imigração argelina na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6(17): 84-107.

Recebido em 11/03/2020 – Aprovado em 16/11/2020